

Competitividade: a ponte para o futuro

“O Brasil é o país do futuro!”

Quantas vezes ouvimos essa previsão? Tantas, que chegamos – por décadas – a acreditar que esse era um desígnio infalível e que só precisávamos aguardar até que o destino se cumprisse.

Nos últimos anos, esse mito se desfez. Felizmente, estamos cada vez mais conscientes de que o futuro do país não está escrito e que essa construção depende de nós mesmos. Assim, com os pés no presente e o olhar voltado para o futuro, percebemos que o caminho para a nossa evolução passa – necessariamente – pela melhoria da competitividade da economia brasileira.

De acordo com o *Global Competitiveness Report*, indicador construído pelo Fórum Econômico Mundial, nossa competitividade está em 72º lugar entre 140 países analisados. Olhando mais de perto as 98 variáveis que compõem o índice, vemos que o Brasil está em 17º lugar na conectividade dos aeroportos e 21º em complexidade tarifária, 14º quanto à qualidade das nossas instituições de pesquisa. São dados inspiradores. Por outro lado, estamos na quarta pior posição (137ª) no tempo gasto para abertura de uma empresa, penúltimo lugar em importações como percentual do PIB, quinta pior posição em prevalência de barreiras não tarifárias e na última colocação no ônus da regulação governamental. Em síntese... entre pontos positivos e negativos, o quadro geral não é desesperador, mas temos muito a evoluir e não podemos ficar de braços cruzados.

A melhoria do nosso nível de competitividade pressupõe a adoção de um conjunto de medidas tanto na esfera das políticas públicas, quanto no universo particular das empresas. Nesse contexto, o governo brasileiro tem feito a sua parte. A Medida Provisória (MP) da Liberdade Econômica, que tramita no Congresso, altera um conjunto de regras que disciplinam a abertura e o funcionamento de empresas – em especial dos pequenos negócios, que respondem por mais de 98% dos empreendimentos no país. O objetivo é garantir a livre iniciativa e o amplo exercício da atividade econômica, previstos na Constituição. Na prática, a MP reduz a burocracia, eliminando uma série de licenças, alvarás, inscrições e outras autorizações exigidas pela administração pública para o exercício de atividades econômicas. A iniciativa terá um impacto decisivo para o empreendedorismo brasileiro e deve se tornar um divisor de águas para a nossa economia e para a história dos pequenos negócios.

Olhando da porta para dentro, vemos que também há muito que evoluir na condução das nossas empresas. Um estudo conduzido pelo professor do Departamento de Economia da Universidade de Stanford, Nicholas Bloom, revelou que as empresas brasileiras estão em 23º, dentre 35 países pesquisados, no que diz respeito à qualidade da gestão. O estudo indica que cerca de 30% da diferença de produtividade entre países e entre as empresas de um mesmo país pode ser explicada por diferenças na qualidade de gestão.

Nesse contexto, o Sebrae vem atuando em duas frentes, tanto na promoção e formulação de políticas públicas, quanto na melhoria das técnicas de gestão dos pequenos negócios. No momento em que o país enfrenta o grave problema do desemprego, que atinge 12,7 milhões de trabalhadores, o aumento da competitividade é uma necessidade urgente e fundamental. Para isso, além de oferecer numerosas alternativas de formação e qualificação aos empreendedores, o Sebrae também realiza ações que impactam a nossa competitividade estrutural (a relação entre as empresas e o meio) e sistêmica (aspectos que determinam restrições ou oportunidades para o desenvolvimento das empresas).

Estamos prontos para responder ao desafio que o país nos apresenta: contribuir com a evolução das micro e pequenas empresas brasileiras, promovendo uma maior geração de emprego e renda de que o país precisa para finalmente concretizar as previsões do passado e as expectativas do presente.



Charles Damasceno

CARLOS MELLES

Presidente do Sebrae.